

Balancos Patrimoniais

EM 31 DE DEZEMBRO 2001 E 2000
(Em milhares de reais)

ATIVO

	Controladora		Consolidado	
	31.12.01	31.12.00	31.12.01	31.12.00
Circulante	843.325	1.219.977	879.789	1.233.881
Disponibilidades	42.187	368.105	80.768	383.821
Contas a receber, líquidas	442.438	494.845	442.438	494.845
Estoques	84.903	54.502	84.903	54.502
Tributos diferidos e a recuperar	242.734	266.850	242.734	266.850
Outros ativos	31.063	35.675	28.946	33.863
Realizável a longo prazo	1.571.202	1.407.318	1.571.202	1.407.318
Contas a receber, líquidas	30.613	107.073	30.613	107.073
Tributos diferidos e a recuperar	924.002	862.045	924.002	862.045
Operações com derivativos	610.850	435.522	610.850	435.522
Outros ativos	5.737	2.678	5.737	2.678
Permanente	3.816.488	3.551.466	3.769.882	3.537.540
Investimentos	46.606	13.926	-	-
Imobilizado, líquido	3.694.746	3.453.978	3.694.746	3.453.978
Diferido	75.136	83.562	75.136	83.562
Total do ativo	6.231.015	6.178.761	6.220.873	6.178.739

PASSIVO

	Controladora		Consolidado	
	31.12.01	31.12.00	31.12.01	31.12.00
Circulante	1.375.836	1.337.503	1.365.694	1.337.481
Pessoal, encargos e benefícios sociais	26.553	20.380	26.553	20.380
Fornecedores e consignações	506.054	541.803	506.054	541.803
Impostos, taxas e contribuições	103.137	117.287	103.137	117.287
Empréstimos e financiamentos	459.481	488.983	449.339	488.961
Juros sobre o capital próprio e dividendos	131.721	109.738	131.721	109.738
Provisão para contingências	29.358	-	29.358	-
Operações com derivativos	32.244	19.432	32.244	19.432
Outras obrigações	87.288	39.880	87.288	39.880
Exigível a longo prazo	1.676.923	1.585.837	1.676.923	1.585.837
Empréstimos e financiamentos	1.204.017	910.408	1.204.017	910.408
Provisão para contingências	80.150	72.214	80.150	72.214
Obrigações com a empresa controladora	371.540	571.360	371.540	571.360
Provisão para déficit atuarial	1.306	-	1.306	-
Outras obrigações	19.910	31.855	19.910	31.855
Patrimônio líquido	3.178.256	3.255.421	3.178.256	3.255.421
Capital social	1.791.903	1.791.903	1.791.903	1.791.903
Reservas de capital	1.055.200	1.055.200	1.055.200	1.055.200
Reservas de lucros	36.963	35.911	36.963	35.911
Lucros acumulados	294.190	372.407	294.190	372.407
Total do passivo	6.231.015	6.178.761	6.220.873	6.178.739

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2001 E 2000
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de 1.000 ações)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.01	31.12.00	31.12.01	31.12.00
Receita operacional bruta	3.841.246	3.682.397	3.841.246	3.682.397
Serviços de telecomunicações	3.135.081	2.678.026	3.135.081	2.678.026
Vendas de mercadorias	706.165	1.004.371	706.165	1.004.371
Deduções da receita bruta	(895.012)	(915.691)	(895.012)	(915.691)
Receita operacional líquida	2.946.234	2.766.706	2.946.234	2.766.706
Custo dos serviços prestados	(1.075.783)	(1.022.601)	(1.075.783)	(1.022.601)
Custo das mercadorias vendidas	(580.637)	(666.560)	(580.637)	(666.560)
Lucro bruto	1.289.814	1.077.545	1.289.814	1.077.545
Receitas (despesas) operacionais	(896.654)	(715.363)	(929.366)	(729.310)
Comercialização dos serviços	(605.009)	(554.186)	(605.009)	(554.186)
Gerais e administrativas	(253.191)	(207.209)	(253.191)	(207.232)
Remuneração dos administradores	(1.759)	(1.773)	(1.759)	(1.773)
Outras despesas operacionais	(92.742)	(50.986)	(92.742)	(50.986)
Outras receitas operacionais	23.335	84.867	23.335	84.867
Equivalência patrimonial	32.712	13.924	-	-
Lucro operacional antes das receitas (despesas) financeiras	393.160	362.182	360.448	348.235
Despesas financeiras	(443.499)	(213.593)	(410.787)	(199.646)
Juros sobre o capital próprio	(65.778)	(65.778)	(65.778)	(65.778)
Receitas financeiras	57.173	58.349	57.173	58.349
Lucro (prejuízo) operacional	(58.944)	141.160	(58.944)	141.160
Despesas não operacionais, líquidas	(408)	(669)	(408)	(669)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos e da reversão dos juros sobre o capital próprio	(59.352)	140.491	(59.352)	140.491
Imposto de renda e contribuição social	14.619	(48.920)	14.619	(48.920)
Lucro (prejuízo) antes da reversão dos juros sobre o capital próprio	(44.733)	91.571	(44.733)	91.571
Reversão dos juros sobre o capital próprio	65.778	65.778	65.778	65.778
Lucro líquido do exercício	21.045	157.349	21.045	157.349
Lucro líquido por lote de 1.000 ações - R\$	0,2601	1,9446	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2001 E 2000
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.01	31.12.00	31.12.01	31.12.00
ORIGENS DOS RECURSOS				
Das operações	436.473	526.522	469.153	540.446
Lucro líquido do exercício	21.045	157.349	21.045	157.349
Itens que não afetam o capital de giro	415.428	369.173	448.108	383.097
Resultado de equivalência patrimonial	(32.712)	(13.924)	-	-
Depreciação e amortização	600.702	549.557	600.702	549.557
Varição cambial e monetária do exigível a longo prazo	87.163	49.013	87.163	49.013
Varição cambial do realizável a longo prazo	(175.328)	(96.512)	(175.360)	(96.512)
Tributos diferidos	(61.512)	2.428	(61.512)	2.428
Baixas do imobilizado	1.124	1.124	1.124	1.124
Provisão para fundo de pensão	-	(29.355)	-	(29.355)
Provisão para contingências	7.936	13.915	7.936	13.915
Venda de mercadorias a longo prazo	-	(107.073)	-	(107.073)
Amortização de prêmio de opção	(11.945)	-	(11.945)	-
Dos acionistas	-	1.484.880	-	1.484.880
Aumento de capital	-	695.516	-	695.516
Acervo líquido incorporado da cisão da controladora	-	218.004	-	218.004
Obrigações com a empresa controladora	-	571.360	-	571.360
De terceiros	776.160	375.725	776.160	375.725
Empréstimos e financiamentos	776.160	343.870	776.160	343.870
Prêmio recebido na venda de opção de compra	-	31.855	-	31.855
Outras Origens	184.356	2.595	184.356	2.595
Transfêrencia do ativo realizável a longo prazo para circulante	184.356	2.595	184.356	2.595
TOTAL DAS ORIGENS	1.396.989	2.389.722	1.429.669	2.403.646
APLICAÇÕES DOS RECURSOS				
Adições ao imobilizado	834.168	731.491	834.168	731.491
Efeito no capital circulante líquido, decorrente de incorporação de subsidiária integral	-	52.485	-	52.485
Ágio pago na compra da Ceterp Celular S.A.	-	84.265	-	84.265
Juros sobre o capital próprio e dividendos provisionados	97.349	97.349	97.349	97.349
Pagamento de prêmios nas operações com derivativos	110.955	-	110.955	-
Pagamento de obrigações com a empresa controladora	199.820	-	199.820	-
Transfêrencia do exigível a longo prazo para circulante	569.682	733.623	569.682	733.623
Outros	-	194	-	194
TOTAL DAS APLICAÇÕES	1.811.974	1.699.407	1.811.974	1.699.407
Aumento (Redução) do Capital Circulante Líquido	(414.985)	690.315	(382.305)	704.239
Demonstração do Capital Circulante				
Ativo Circulante				
No início do exercício	1.219.977	636.231	1.233.881	636.233
No fim do exercício	843.325	1.219.977	879.789	1.233.881
Aumento (Redução)	(376.652)	583.746	(354.092)	597.648
Passivo Circulante				
No início do exercício	1.337.503	1.444.072	1.337.481	1.444.072
No fim do exercício	1.375.836	1.337.503	1.365.694	1.337.481
Aumento (Redução)	38.333	(106.569)	28.213	(106.591)
Aumento (Redução) do Capital Circulante Líquido	(414.985)	690.315	(382.305)	704.239

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2001 E 2000
(Em milhares de reais)

	Capital Social Realizado	Reservas de Capital Especial de Ágio	Reservas de Lucros de Reserva Legal	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 1999	1.096.287	-	28.044	320.274	1.444.605
Aumento do Capital Social em decorrência da incorporação do acervo cindido da Telesp Celular Participações S.A., conforme A.G.E. de 14 de janeiro de 2000	100	-	-	-	100
Aumento da Reserva Especial de Ágio em decorrência da incorporação do acervo cindido da Telesp Celular Participações S.A., conforme A.G.E. de 14 de janeiro de 2000	-	1.055.200	-	-	1.055.200
Aumento do Capital Social mediante capitalização de créditos detidos pelo acionista Telesp Celular Participações S.A., conforme A.G.E. de 31 de janeiro de 2000	145.000	-	-	-	145.000
Aumento do Capital Social A.G.E. de 15/12/00	550.516	-	-	-	550.516
Lucro líquido do exercício	-	-	-	157.349	157.349
Proposta para destinação do Lucro:					
Reserva Legal	-	-	7.867	(7.867)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(65.778)	(65.778)
Dividendos	-	-	-	(31.571)	(31.571)
Saldos em 31 de dezembro de 2000	1.791.903	1.055.200	35.911	372.407	3.255.421
Provisão para déficit atuarial, líquido dos impostos	-	-	-	(861)	(861)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	21.045	21.045
Reserva legal	-	-	1.052	(1.052)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(65.778)	(65.778)
Dividendos	-	-	-	(31.571)	(31.571)
Saldos em 31 de dezembro de 2001	1.791.903	1.055.200	36.963	294.190	3.178.256

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

EM 31 DE DEZEMBRO 2001 E 2000
(Em milhares de reais, exceto valores por lote de mil ações)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Telesp Celular S.A. iniciou suas atividades em 5 de janeiro de 1998, e foi constituída a partir da cisão da Telecomunicações de São Paulo S.A., conforme disposições da Lei nº 9.295/96. É uma sociedade por ações de capital fechado, controlada, a partir de 22 de maio de 1998, pela Telesp Celular Participações S.A., atualmente detentora de 100% do capital total. Atuando como operadora dos serviços públicos de telecomunicações, é responsável pela exploração de serviços de telefonia móvel celular e atividades necessárias ou úteis à execução destes dentro do Estado de São Paulo, de acordo com os termos da concessão outorgada pelo Governo Federal, que expirará em 5 de agosto de 2008, podendo ser prorrogada por 15 anos pelo poder concedente.

Os serviços fornecidos pela Telesp Celular S.A. e as suas respectivas tarifas são regulamentados pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, autoridade regulamentadora de telecomunicações no país, de acordo com a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

Em 27 de novembro de 2000, a Telesp Celular S.A. celebrou o contrato de compra e venda de ações com a Centrais Telefônicas de Ribeirão Preto S.A. - CETERP, detentora de 100% das ações emitidas pela Ceterp Celular S.A., concessionária do serviço móvel celular Banda A nas cidades de Ribeirão Preto e Guataparã. Em 15 de dezembro de 2000, a Telesp Celular S.A., visando amenizar os custos administrativos, comerciais e financeiros e aproveitar as sinergias entre as duas empresas, efetivou a incorporação do acervo líquido daquela empresa na data-base 30 de novembro de 2000.

2. REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA

Foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária em 14 de janeiro de 2000 uma reestruturação societária envolvendo a Telesp Celular Participações S.A. ("TCP"), a Telesp Celular S.A. ("TC") a controladora da "TCP", criada pela Portelcom Participações S.A. ("Portelcom"), Celular Telecom Holding S.A. - CTH ("CTH").

A referida reestruturação societária incluiu:

- Aporte de capital na criação da "CTH" pela "Portelcom" com a versão de ativos representados pelo investimento e ágio gerado na aquisição da participação acionária pela "Portelcom" na "TCP" quando da privatização desta.
- Incorporação da "CTH" pela "TCP".
- Cisão parcial da "TCP" referente ao ativo diferido (ágio) incorporado da "CTH" e provisão para manutenção da integridade do patrimônio dos acionistas da incorporadora.
- Incorporação da parcela cindida da "TCP" pela controlada "TC".
- Incorporação da totalidade das ações detidas por acionistas minoritários de emissão da controlada "TC" pela controladora "TCP" por meio de substituição dessas ações por ações de emissão da "TCP", tornando a "TC" uma subsidiária integral da "TCP".

A "CTH", empresa criada no processo de reestruturação mediante a versão de ativos representados pelo investimento detido na "TCP" e respectivo ágio pago quando da aquisição do investimento na "TCP" pela "Portelcom", constituiu provisão para manutenção da integridade do patrimônio dos acionistas da incorporada, a qual refletiu o valor líquido entre a totalidade do ágio a amortizar e o correspondente crédito fiscal, antes da sua incorporação pela controlada "TCP".

Quando da incorporação da "CTH" pela "TCP", a parcela correspondente à diferença entre o ágio e a provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido dos acionistas da incorporada, que representa o benefício fiscal futuro, foi creditada à conta de reserva especial de ágio na "TCP".

A parcela do acervo líquido originado da cisão parcial da "TCP", incorporado pela "TC", correspondente ao crédito fiscal futuro no valor de R\$ 1.055.200, foi registrada na conta de reserva especial de ágio no

patrimônio líquido.

A reserva especial de ágio na "TC" será capitalizada na medida em que o benefício fiscal for realizado em favor da "TCP", em face da cessão dos direitos a esta capitalização feita pela "Portelcom" em favor da "TCP".

O benefício fiscal gerado e registrado em 2001 na "TC", decorrente da amortização do ágio incorporado, foi de R\$ 108.554, dos quais R\$ 30.163 foram realizados financeiramente e poderão ser utilizados para aumento de capital.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais apresentam contas específicas relacionadas com ágio, provisão, respectivas amortizações e reversão da provisão constituída e crédito fiscal, cujos saldos são como segue:

	Consolidado	
	2001	2000
Ativo diferido	2.527.584	2.846.858
Provisão para manutenção da integridade do patrimônio dos acionistas minoritários	(1.690.289)	(1.901.009)
Líquido	837.295	945.849
Amortização do ativo diferido	(319.274)	(319.274)
Reversão da provisão constituída	210.720	209.923
Crédito fiscal gerado	108.554	109.351
Efeito no resultado	-	-

A fim de propiciar uma melhor apresentação das demonstrações contábeis, o valor líquido do ágio e da provisão a amortizar de R\$ 837.295 que, em essência, representa o saldo do crédito fiscal, foi classificado no balanço como ativo corrente (R\$ 108.554) e ativo realizável a longo prazo (R\$ 728.741) como tributos diferidos e a recuperar. Nas demonstrações de resultados, a amortização do ativo diferido, a reversão da provisão e o correspondente crédito fiscal estão classificados no item "imposto de renda e contribuição social".

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da controladora e consolidadas em 31 de dezembro de 2001 e 2000 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, as normas aplicáveis às concessionárias de serviços públicos de telecomunicações e as normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações contábeis contemplam a correção monetária do ativo permanente e do patrimônio líquido até 31 de dezembro de 1995, conforme legislação em vigor.

As demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2001 e 2000 incluem os saldos e as transações da controladora e das controladas Telesp Celular International Ltd. e Telesp Celular Overseas. Na consolidação, todos os saldos e transações intercompanhias foram eliminados.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Disponibilidades

Representam os saldos existentes em caixa e bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata, demonstrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

b. Contas a Receber

Os valores faturados estão avaliados pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço. Estão também incluídos, os serviços prestados aos clientes que ainda não foram faturados até a data do balanço, bem como as contas a receber relacionadas à venda de aparelhos celulares e acessórios.

c. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

É constituída provisão para os créditos cujas chances de recuperação são consideradas remotas.

d. Conversão das Transações em Moeda Estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registradas utilizando a taxa de câmbio da data da transação e os correspondentes saldos são atualizados até a data do balanço, sendo a variação cambial registrada no resultado. A variação cambial e os prêmios dos contratos de derivativos são apurados e contabilizados mensalmente, independente dos prazos para liquidação.

e. Estoques

São representados pelos aparelhos celulares e acessórios avaliados ao custo médio de aquisição. Foi constituída provisão para ajuste a valor de realização sobre os custos daqueles aparelhos considerados obsoletos ou cujas quantidades são superiores àquelas usualmente comercializadas pela Sociedade em um período razoável de tempo.

A partir de 01 de janeiro de 2001 eventuais perdas decorrentes da diferença entre o custo do aparelho e os preços de venda praticados pela Sociedade passaram a ser reconhecidas quando da efetiva venda, já que tais perdas são consideradas como custo para aquisição de novos clientes.

f. Despesas Antecipadas

Estão demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos.

g. Investimentos

As participações societárias permanentes em controladas estão registradas pelo método da equivalência patrimonial. As demonstrações contábeis das controladas sediadas no exterior estão atualizadas pela taxa de câmbio na data do encerramento do balanço patrimonial. As práticas contábeis das controladas são consistentes com as adotadas pela Sociedade.

h. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear cujas taxas utilizadas estão de acordo com a expectativa de vida útil desses ativos. As despesas financeiras sobre empréstimos que estão financiando obras em andamento são apropriadas ao custo das mesmas. Os gastos incorridos com reparos e manutenção que representem melhoria, aumento da capacidade ou de vida útil, são capitalizados, enquanto que os demais são registrados no resultado do exercício.

i. Imposto de Renda e Contribuição Social

São calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis de acordo com o regime de competência. Os impostos diferidos atribuíveis às diferenças intertemporais, aos prejuízos fiscais e à base negativa de contribuição social são registrados no ativo, no pressuposto de sua realização futura.

O crédito fiscal decorrente da incorporação pela Sociedade da parcela cindida de sua controladora será realizado no período de 10 anos, com base na expectativa de rentabilidade futura (Nota 2).

j. Empréstimos e Financiamentos

Estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial e juros incorridos até a data do balanço.

k. Taxa do FISTEL

O valor da taxa do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - FISTEL paga sobre a ativação de novos clientes, geradas mensalmente ao longo do ano, é diferido para amortização durante o período estimado de fidelização dos clientes equivalente a 20 meses. O valor da taxa do FISTEL paga anualmente sobre a base de clientes e ERBs (Estações Rádio Base) é diferido para amortização durante o período de 12 meses.

l. Provisão para Contingências

São determinadas com base em opiniões de consultores jurídicos e da Administração, quanto ao provável resultado de assuntos pendentes e estão atualizadas até a data do balanço pelo montante provável da perda, observada a natureza de cada contingência.

m. Provisão para Fundo de Pensão

A Sociedade mantém, com outras empresas do Sistema de Telecomunicações, uma entidade de previdência privada (SISTEL) para administrar o fundo de pensão e outros benefícios de aposentadoria para os seus empregados. As contribuições são reconhecidas de acordo com o regime de competência. Informações adicionais sobre o plano de pensão estão apresentadas na Nota 20.

n. Reconhecimento das Receitas

As receitas de serviços de telefonia celular consistem em tarifas de assinatura, tarifas de utilização, tarifa de uso da rede e tarifas de

manutenção e outros serviços prestados a clientes. As receitas dos serviços pré-pagos são reconhecidas quando do recebimento, sendo constituída provisão para custos a incorrer quando da efetiva prestação dos serviços. As receitas de todos os demais serviços são reconhecidas quando estes são prestados. As receitas não faturadas correspondentes ao encerramento do mês, são estimadas e reconhecidas durante o mês no qual o serviço foi prestado. As receitas de vendas de aparelhos celulares e acessórios são reconhecidas pela sua realização obedecendo ao regime de competência.

o. Receitas e Despesas Financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos obtidos e concedidos. Estão incluídos ganhos e perdas cambiais em contratos futuros de opção e de "swap".

p. Derivativos

A Sociedade possui alguns derivativos em moeda estrangeira e contratos de "swap" com o objetivo de administrar sua exposição à flutuação da taxa do dólar em relação ao real referente a seu fluxo de caixa em dólares. Esses derivativos são registrados às taxas de câmbio vigentes na data do balanço patrimonial e os prêmios pagos ou recebidos antecipadamente são diferidos para amortização no período de vigência dos respectivos contratos. Os ganhos e perdas, realizados ou não, calculados exclusivamente com base nas condições contratadas, são registrados como despesas financeiras líquidas.

q. Lucro por Mil Ações

Está calculado com base no número de ações em circulação na data do levantamento do balanço patrimonial.

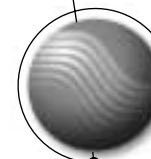
5. MUDANÇAS DE ESTIMATIVAS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2001 a Sociedade procedeu a revisão de diversas estimativas para constituição de provisões como segue:

a. Taxas de Depreciação

Com base em laudo de peritos independentes a Sociedade procedeu a revisão da vida útil estimada dos bens de seu ativo imobilizado como segue:

Classe de bens	Vida Útil Anterior (em anos)	Vida Útil Nova (em anos)	Redução (Aumento) na Despesa de Depreciação do Exercício	
Equipamento de comutação analógica	5	6	26.054	
Equipamento de comutação digital	7	10	7.519	
Equipamento de transmissão analógica	5	5 - 25	75.248	
Equipamento de transmissão digital	7	5 - 25	20.306	
Central privada de comutação automática, equipamentos de energia, mobiliário, ferramentas e instrumentos, equipamentos de telesupervisão, benfeitorias em propriedades de terceiros e equipamentos de ar-condicionado	10	5 - 35	11.716	
Torres, outros suportes e protetores	25	20	(2.798)	
Direitos de uso de "software" e equipamentos de informática	5	5 - 15	(6.895)	
Prédios	25	35	1.122	
Veículos	5	5	-	
Impacto total no resultado do exercício			132.272	



b. Provisão para Devedores Duvidosos

Face à prática corrente na indústria e níveis de recuperação de contas atrasadas, a Sociedade passou a calcular a provisão para devedores duvidosos para contas a receber de serviços vencidos há mais de 90 dias, quando anteriormente o cálculo era baseado em contas a receber vencidas há mais de 60 dias. A mudança resultou em um aumento no resultado do exercício de 2001 no montante de R\$ 7.855.

c. Provisão para Perda de Estoques

Até 31 de dezembro de 2000 a Sociedade constituía provisão para perda para todos os aparelhos celulares, cujos custos de aquisição fossem superiores ao valor de reposição. A partir deste exercício somente são constituídas provisões para estoques obsoletos e morosos. Esta mudança resultou em um estorno de provisão no montante de R\$ 13.148.

d. Taxa do FISTEL

Até 31 de dezembro de 2000 as taxas do FISTEL sobre as ativações de novos clientes eram debitadas a resultado quando pagas. Face à prática na indústria, a partir de 01 de janeiro de 2001 estas taxas passaram a ser diferidas para amortização durante o período estimado para fidelização dos clientes, resultando em um aumento do resultado do exercício no montante de R\$ 20.744.

As mudanças mencionadas anteriormente totalizaram um efeito a crédito ao resultado do exercício no montante de R\$ 114.853, líquido do efeito de imposto de renda e contribuição social.

6. DISPONIBILIDADES

	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
Caixa e bancos	8.624	18.078	47.205	33.794
Aplicações com liquidez imediata	33.563	350.027	33.563	350.027
Total	42.187	368.105	80.768	383.821

7. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

	Controladora e Consolidado	
	2001	2000
Valores a faturar	186.391	298.111
Valores faturados	390.302	437.858
Provisão para devedores duvidosos	(103.642)	(97.803)
Títulos descontados	-	(36.248)
Total	473.051	601.918
Curto prazo	442.438	494.845
Longo prazo	30.613	107.073

A composição por idade do contas a receber de valores faturados é apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2001	2000
A vencer	262.014	266.590
Vencidas - 1 a 30 dias	39.970	59.943
Vencidas - 31 a 60 dias	13.450	19.793
Vencidas - 61 a 90 dias	10.593	15.880
Vencidas - há mais de 90 dias	64.275	75.652
Total	390.302	437.858

A movimentação da provisão para devedores duvidosos é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2001	2000
Saldo do início do exercício	97.803	87.186
Complemento de provisão no exercício	94.043	128.918
Baixas	(88.204)	(118.301)
Saldo do final do exercício	103.642	97.803

As contas a receber de longo prazo referem-se aos créditos oriundos da venda de aparelhos "Peg & Fale". Estes créditos serão realizados mediante carregamento efetuado pelos clientes do serviço "Peg & Fale".

8. ESTOQUES

	Controladora e Consolidado	
	2001	2000
Aparelhos celulares digitais	108.224	60.578
Acessórios	1.763	1.421
Provisão para perdas de estoques	(25.084)	(7.497)
Total	84.903	54.502

9. TRIBUTOS DIFERIDOS E A RECUPERAR

	Controladora e Consolidado	
	2001	2000
Tributos a recuperar:		
Imposto de renda retido na fonte	263	4.318
Imposto de renda a recuperar	5.190	18.796
CSLL a recuperar	18.469	16.234
Crédito fiscal incorporado (Nota 2)	837.295	945.849
ICMS a recuperar	57.539	19.334
Tributos diferidos:		
Provisão para contingências	37.232	24.749
Imposto de renda sobre prejuízos fiscais	95.482	37.900
CSLL sobre base negativa	34.506	13.697
Outras diferenças temporárias	80.760	48.018
Total	1.166.736	1.128.895
Curto prazo	242.734	266.850
Longo prazo	924.002	862.045

A Sociedade possui ativos no montante de R\$ 129.988 (R\$ 51.597 em 2000), correspondentes ao imposto de renda e à contribuição social calculados sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social de R\$ 382.318. De acordo com a legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal poderá ser compensado com lucros tributáveis futuros, até o limite anual de 30% desses lucros.

Considerando que a Sociedade está amortizando ágio na aquisição de investimento (que se tornou dedutível a partir da reestruturação societária descrita na Nota 2), a expectativa de prazo para geração de lucro tributável em montante suficiente para absorção dos prejuízos é de 4 anos.

10. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
Créditos com fornecedores	1.161	24.352	1.161	24.352
Créditos com controladas	2.117	1.814	-	-
Despesas antecipadas	2.400	603	2.400	603
Taxa do FISTEL	20.744	-	20.744	-
Encargos financeiros	1.313	4.920	1.313	4.920
Outros ativos	9.065	6.664	9.065	6.666
Total	36.800	38.353	34.683	36.541
Curto prazo	31.063	35.675	28.946	33.863
Longo prazo	5.737	2.678	5.737	2.678

11. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA

Os investimentos referem-se a participações na Telesp Celular International Ltd. e Telesp Celular Overseas, empresas constituídas nas Ilhas Cayman com o objetivo de captação e de repasse de recursos por meio de empréstimo internacional. A participação acionária da Sociedade nas referidas empresas é de 100% do capital social.

Em 27 de novembro de 2000, a Sociedade adquiriu da Ceterp a totalidade das ações de sua subsidiária integral Ceterp Celular S.A. pelo preço de R\$ 148.564. Em 15 de dezembro de 2000, a Sociedade, visando minimizar os custos administrativos, comerciais e financeiros, efetivou a incorporação da referida empresa adquirida.

12. IMOBILIZADO, LÍQUIDO

	Controladora e Consolidado			
	2001		2000	
	Depreciação Custo	Valor Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Equipamento de comutação analógica	429.251	(292.326)	136.925	203.465
Equipamento de comutação digital	491.619	(75.621)	415.998	322.792
Equipamento de transmissão analógica	1.360.746	(897.541)	463.205	772.805
Equipamento de transmissão digital	904.260	(134.995)	769.265	295.049
Central privada de comutação automática, equipamentos de energia, mobiliário, ferramentas e instrumentos, equipamentos de telesupervisão, benfeitorias em propriedades de terceiros e equipamentos de ar-condicionado	732.370	(195.677)	536.693	388.489
Torres, outros suportes e protetores	244.399	(33.959)	210.440	151.272
Direitos de uso de "software" e equipamentos de informática	416.811	(112.724)	304.087	194.286
Prédios	98.773	(13.493)	85.280	64.478
Veículos	7.191	(3.526)	3.665	3.427
Terrenos	37.305	-	37.305	32.135
Outros	7.774	(1.106)	6.668	4.548
Bens e instalações em serviço	4.730.499	(1.760.968)	2.969.531	2.432.746
Bens e obras em andamento	725.215	-	725.215	1.021.232
Total	5.455.714	(1.760.968)	3.694.746	3.453.978

Em 2001, foram capitalizadas despesas financeiras incorridas sobre empréstimos e financiamentos que estão financiando as obras em andamento no montante de R\$ 55.685 (R\$ 110.627 em 2000).

Em função do rápido desenvolvimento da tecnologia inerente às suas atividades, a Sociedade contratou empresa especializada para realizar uma avaliação das vidas úteis remanescentes dos bens que compõem o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2000. Tal avaliação resultou na definição de novas vidas úteis para cada item do imobilizado, levando-se em consideração as condições tecnológicas e de funcionamento dos mesmos.

As vidas úteis estimadas na referida avaliação comparadas com as utilizadas até 31 de dezembro de 2000 e a composição dos valores dos aumentos ou reduções das despesas de depreciação estão demonstradas na Nota 5.

13. DIFERIDO

	Controladora e Consolidado	
	2001	2000
Ágio Ceterp Celular S.A. Amortização acumulada	84.265	84.265
	(9.129)	(703)
Total	75.136	83.562

O valor do ágio pago na operação no montante de R\$ 84.265 será amortizado no prazo máximo de 10 anos com base na estimativa de rentabilidade futura da empresa adquirida.

14. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	Controladora e Consolidado	
	2001	2000
Salários e adicionais legais	11.091	6.711
Encargos sociais	13.629	11.862
Benefícios sociais	1.833	1.807
Total	26.553	20.380

15. FORNECEDORES E CONSIGNAÇÕES

	Controladora e Consolidado	
	2001	2000
Fornecedores de materiais e serviços	436.333	483.713
Concessionárias de telecomunicações	43.024	34.411
Consignações a favor de terceiros	26.697	23.679
Total	506.054	541.803

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

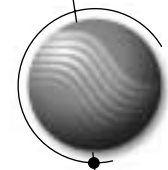
	Controladora e Consolidado	
	2001	2000
ICMS	82.776	95.284
PIS e COFINS	13.276	13.527
FISTEL	4.750	8.476
FUST e FUNTEL	2.335	-
Total	103.137	117.287

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
Moeda estrangeira				
Fornecedores	37.640	82.782	37.640	82.782
Instituições financeiras	319.225	504.860	319.225	909.877
Empresas associadas	873.229	405.039	863.087	-
Total - Moeda estrangeira	1.230.094	992.681	1.219.952	992.659
Moeda nacional				
Instituições financeiras	433.404	406.710	433.404	406.710
Total - Moeda nacional	433.404	406.710	433.404	406.710
Total Geral	1.663.498	1.399.391	1.653.356	1.399.369
Curto prazo	459.481	488.983	449.339	488.961
Longo prazo	1.204.017	910.408	1.204.017	910.408

a. Fornecedores

Empréstimos denominados em dólar norte-americano contratados junto a fornecedores para desenvolvimento da rede da Sociedade, com vencimento final até novembro de 2005 sobre os quais incidem juros



variáveis de 2,5% acima da Libor.

b. Instituições Financeiras

Operações de Resolução 4131, Resolução 63 e Euro-commercial paper sobre os quais incidem juros entre 2,5% e 7,7% ao ano e juros variáveis de 4% ao ano acima da Libor.

c. Empresas Associadas

Empréstimos em euro e dólar norte-americano subscritos pela controladora Portugal Telecom como parte da reestruturação da dívida de curto prazo da Sociedade sobre os quais incidem juros fixos de 7,0% ao ano e juros variáveis de 3,0% a 3,5% acima da Libor ou Euribor.

	Moeda original (em milhares)			Equivalente em R\$
	Principal	Juros	Total	
Em 31 de dezembro de 2001				
Euros	44.569	157	44.726	92.297
Dólares norte-americanos	326,979	9,572	336,551	780.932
Total				873.229
Em 31 de dezembro de 2000				
Dólares norte-americanos	206,810	329	207,139	405.039

d. Moeda Nacional

Os empréstimos em moeda nacional representam obrigações junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES sobre os quais estão sujeitas à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP mais 4% ao ano.

Alguns dos contratos de empréstimos e financiamentos estão garantidos por aval prestado pela "TCP", com exceção do empréstimo contratado junto ao BNDES para o qual foram dados em garantia recebíveis de serviços. Tais contratos contêm cláusulas restritivas relacionadas a limites de níveis de endividamento que, caso não cumpridos, representariam um direito do credor de antecipar o vencimento da dívida. Tais cláusulas vêm sendo cumpridas.

e. Cronograma de Pagamentos

Os vencimentos das parcelas de longo prazo é como segue:

Período	Consolidado			
	Moeda nacional		Moeda estrangeira	
	2001	2000	2001	2000
2002	-	75.938	-	72.231
2003	107.892	101.250	261.531	246.595
2004	107.892	101.250	98.261	5.298
2005	134.869	126.562	6.287	5.298
Após 2005	-	-	487.285	175.986
Total	350.653	405.000	853.364	505.408

18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Na avaliação quanto à possibilidade de os riscos fiscais se converterem em contingência os seguintes aspectos devem ser levados em consideração:

- A possível existência de divergências quanto à interpretação na incidência tributária sobre algumas rubricas da receita.
- Os lançamentos dos principais tributos, pendentes de homologação futura pela Secretaria da Fazenda, sujeitos à extinção completa da obrigação fiscal no transcurso do prazo de cinco anos a partir da data do lançamento.

A falta de harmonia da legislação tributária pode gerar discussões que, quando definitivamente concluídas pelo Poder Judiciário em favor do contribuinte, podem representar valores a receber pela Sociedade.

A Administração da Sociedade vem constituindo provisões para os riscos de natureza fiscal e cível cujas chances de um desfecho desfavorável é considerado provável pelos seus consultores legais, como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2001	2000
ICMS sobre taxas de habilitação e outros serviços	62.279	56.555
COFINS	17.871	15.659
Adicional por chamada e deslocamento intra-área	24.840	-
Outras	4.518	-
Total	109.508	72.214
Curto prazo	29.358	-
Longo prazo	80.150	72.214

A movimentação das provisões para contingências é a seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	2001	2000
Saldo inicial	72.214	50.578
Novas provisões	29.358	13.915
Atualização das provisões	7.936	7.721
Saldo final	109.508	72.214

a. ICMS sobre Taxas de Habilitação e Outros Serviços

Em 19 de junho de 1998, as Secretarias Estaduais da Fazenda aprovaram um acordo interpretando a legislação fiscal vigente e determinando a ampliação da aplicação do ICMS, a fim de incidir não apenas sobre os serviços de telecomunicações, mas também sobre outros serviços, inclusive habilitação de celulares, os quais inicialmente não eram tributados. De acordo com essa nova interpretação da lei o ICMS pode ser aplicado retroativamente para os serviços de habilitação de linhas prestados nos últimos cinco anos.

A Administração da Sociedade acredita que a tentativa das Secretarias Estaduais da Fazenda de ampliar o alcance do ICMS para incluir serviços suplementares aos serviços básicos de telecomunicações seja ilegal, pois: (a) as Secretarias Estaduais excederam o âmbito de sua autoridade; (b) sua interpretação submeteria a tributação alguns serviços que não são considerados de telecomunicações; e (c) novos impostos não podem ser cobrados retroativamente. No entanto, a Sociedade acredita que a Telecomunicações de São Paulo S.A. - Telesp, sua antecessora legal, seja responsável por quaisquer obrigações tributárias resultantes da aplicação retroativa do ICMS sobre as taxas de habilitação contabilizadas em períodos anteriores a 1998. Não foi efetuada nenhuma provisão nas demonstrações contábeis para os períodos anteriores a 1998.

Não se pode assegurar que a Sociedade será bem sucedida ao assumir a posição de que a nova interpretação pelas Secretarias Estaduais da Fazenda é ilegal. Se o ICMS fosse retroativamente aplicado às taxas de habilitação cobradas durante os últimos cinco anos, isso originaria uma responsabilidade potencial máxima estimada em R\$ 187.000.

b. PIS e COFINS

A Sociedade está envolvida em dois processos judiciais: o primeiro questiona o aumento na taxa da COFINS e o segundo a mudança na base de cálculo do PIS e da COFINS. O valor referente ao aumento da alíquota da COFINS foi totalmente provisionado, enquanto que a expansão da base de cálculo do PIS e da COFINS não foi provisionado considerando a opinião dos assessores legais da Sociedade quanto às chances de êxito.

c. Adicional por Chamada e Deslocamento intra-área

A Sociedade está envolvida em processos judiciais devido a cobrança de Adicional por Chamada (AD) e Deslocamento (DSL-1) de certos planos de Serviços Alternativos. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2001 foi R\$ 24.840. A Sociedade já suspendeu as cobranças de "AD" e "DSL-1" na região intra-área.

d. Outras

A Sociedade, com base na opinião de seus consultores jurídicos, provisionou R\$ 4.518 referente a contingências fiscais e tributárias. Adicionalmente a Sociedade é parte em diversos outros processos de natureza cível e fiscal, totalizando aproximadamente R\$ 22.000, para os quais não foram constituídas provisões para contingências, tomando por base a avaliação dos consultores legais da Sociedade.

19. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora e Consolidado	
	2001	2000
Consultoria - tecnologia e gerenciamento (a)	36.822	10.227
Prêmio de opção de venda (b)	31.856	43.801
Custo da rede e bônus a clientes (c)	38.456	14.764
Outras obrigações	64	2.943
Total	107.198	71.735
Curto prazo	87.288	39.880
Longo prazo	19.910	31.855

(a) Referem-se a obrigações decorrentes do contrato firmado entre a Sociedade e a Portugal Telecom, SGPS, S.A., objeto da prestação de serviços em áreas de gestão empresarial.

(b) Em 2000, a Sociedade vendeu opções de compra no montante de US\$ 300,000,000 ao preço de R\$ 2,25 para US\$ 1,00 com vencimento em 24 de setembro de 2004. O prêmio recebido por tais opções está sendo apropriado na demonstração do resultado conforme o regime de competência, de acordo com o vencimento dos contratos.

(c) Obrigações relativas ao custo dos serviços a serem prestados decorrente dos serviços pagos antecipadamente e dos bônus concedidos aos clientes.

20. PLANO DE PENSÃO

A Sociedade patrocina planos de complementação de aposentadoria e outros benefícios a seus empregados, como segue:

a. Plano de Contribuição Definida

Para aproximadamente 77% de seus empregados há um plano individual de contribuição definida, o Plano TCP PREV, instituído pela SISTEL em agosto de 2000. Esse Plano é viabilizado através de contribuições feitas pelos participantes (empregados) e pela patrocinadora, que são creditadas em contas individuais dos participantes. A Sociedade é responsável pelo custeio das despesas administrativas e de manutenção do plano.

As contribuições do participante ao Plano TCP PREV são como segue:

- **Contribuição básica** - corresponde a um percentual inteiro de 1%, aplicado sobre o salário de participação, limitado à parcela previdenciária e a um percentual sobre a diferença não negativa entre o salário de participação e a parcela previdenciária, de acordo com a opção e idade do participante, variando de 1% a 8%.
- **Contribuição voluntária** - corresponde a um percentual de, no máximo, 22% sobre o salário de participação, escolhido pelo participante.
- **Contribuição esporádica** - corresponde a valor não inferior a dez vezes a parcela previdenciária.

As contribuições da patrocinadora ao Plano TCP PREV são como segue:

- **Contribuição básica** - iguais às contribuições básicas do participante.
- **Contribuição específica** - destinada a assegurar a observância do limite mínimo fixado na legislação para o valor do benefício.
- **Contribuição variável** - a patrocinadora poderá efetuar contribuições voluntárias ao plano, obedecendo a critérios uniformes e não discriminatórios para participantes vinculados.

Durante o exercício de 2001, a Sociedade efetuou contribuições ao Plano TCP PREV no montante de R\$ 2.313 (R\$ 154 em 2000).

b. Plano de Benefício Definido

A Sociedade patrocina individualmente um plano de benefícios definidos de aposentadoria - o PBS Telesp Celular, o qual em 2001 atende 39 participantes ativos e aposentados (57 em 2000). Além do benefício da suplementação, é fornecida assistência médica (PAMA) aos empregados aposentados e seus dependentes, a custo compartilhado. As contribuições para os Planos PBS Telesp Celular e PAMA são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é de 13,5% sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do Plano, dos quais 12% são destinados ao custeio do Plano PBS Telesp Celular.

Durante o exercício de 2001, a Sociedade efetuou contribuições ao Plano PBS Telesp Celular no montante de R\$ 34 (R\$ 4.726 em 2000).

c. Deliberação CVM nº 371 - Contabilização de Planos de Pensão

A Sociedade optou por registrar os passivos atuariais referentes aos planos que patrocina conforme previsto na Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, diretamente no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2001, líquido dos efeitos tributários correspondentes. Na avaliação atuarial dos planos foi adotado o método do crédito unitário projetado, estando os ativos dos planos posicionados em 31 de dezembro de 2001, conforme facultado pela Interpretação Técnica do IBRACON nº 01/01, referendada pela CVM através do Ofício - Circular CVM/SEP/SNC/Nº 01/2002. Para os planos multipatrocinados (PAMA e PBS-A), o rateio dos ativos dos planos foi feito com base no passivo atuarial da empresa em relação ao passivo atuarial total do plano. A Sociedade pretende amortizar os ganhos ou perdas atuariais formados a partir de 2002 em conformidade com o disposto na Deliberação CVM nº 371.

Demonstramos a seguir a composição da provisão para os planos de aposentadoria de benefícios definidos e plano de assistência médica aos aposentados em 31 de dezembro de 2001, bem como as demais informações exigidas pela Deliberação CVM nº 371 sobre tais planos:

Plano	2001
TCP Prev	382
PAMA	924
Total	1.306

I - TCP Prev

I - a. Conciliação dos Ativos e Passivos	R\$
Total do passivo atuarial	70.054
Valor justo dos ativos	(69.672)
Passivo reconhecido no balanço	382

Embora o plano TCP Prev seja de contribuição definida, existe um risco atuarial de morte e invalidez de seus participantes que é arcado pela patrocinadora, sendo necessários os cálculos atuariais sobre tais riscos.

I - b. Despesa Prevista para 2002	R\$
Custo do serviço	6.192
Custo dos juros sobre obrigações atuariais	322
Rendimento esperado dos ativos	(356)
Contribuição dos empregados	(2.884)
Total	3.274

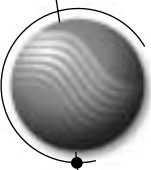
I - c. Premissas Atuariais

Taxa utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	11,30%
Taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano	14,45%
Taxa de crescimento salarial estimado	8,15%
Tábua biométrica de mortalidade geral de agravamento	UP84 c/ 1 ano
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Mercer
Número de participantes ativos do plano	1.316
Número de participantes em gozo do benefício do plano	27
Índice de aumento dos benefícios estimados	5%

II - PBS e PBS-A (Plano de Aposentadoria)

Embora o PBS e o PBS-A estejam superavitários em 31 de dezembro de 2001, nenhum ativo foi reconhecido pela patrocinadora, em virtude da impossibilidade legal de reembolso desse superávit, além do fato de este ser um plano não contributivo, o que impossibilita a redução de contribuições do patrocinador no futuro.

II - a. Conciliação dos Ativos e Passivos	PBS	PBS-A
Total do passivo atuarial	6.350	4.880
Valor justo dos ativos	(6.446)	(5.584)
Valor justo dos ativos em excesso do passivo atuarial	(96)	(704)



II - b. Despesa Prevista para 2002	PBS	PBS-A
Custo dos juros	35	531
Rendimento esperado dos ativos	(904)	(780)
Contribuições esperadas	(12)	-
Juros sobre obrigações atuariais	693	-
Total	(188)	(249)

II - c. Premissas Atuariais	PBS	PBS-A
Taxa utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	11,30%	11,30%
Taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano	14,45%	14,45%
Taxa de crescimento salarial estimado	8,15%	8,15%
Índice de aumento dos benefícios estimado	5%	5%
Tábua de mortalidade geral	UP84 c/ 1 ano de agravamento	UP84 c/ 1 ano de agravamento
Tábua de entrada em invalidez	Mercer	Mercer
Número de participantes	39	17

III - PAMA - Plano de Assistência Médica aos Aposentados

Refere-se à participação proporcional da Sociedade no plano multipatrocinado - PAMA conforme cálculos atuariais. Com base na opinião de seus assessores legais e atuários, a Sociedade, conservadoramente, optou por registrar essa obrigação potencial em 31 de dezembro de 2001.

III - a. Conciliação dos Ativos e Passivos	R\$
Total do passivo atuarial	1.362
Valor justo dos ativos	(438)
Passivo reconhecido no balanço	924

III - b. Despesa Prevista para 2002	R\$
Custo dos juros	80
Rendimento esperado dos ativos	(25)
Amortização dos serviços passados	185
Total	240

III - c. Premissas Atuariais	
Taxa utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	6% aa
Taxa de retorno esperada sobre os ativos	6% aa
Taxa de crescimento dos custos médicos	4% aa
Tábua de mortalidade geral	GAM-71
Número de titulares em 30 de novembro de 2001	30
Número de dependentes em 30 de novembro de 2001	47

21. ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Sociedade possui contratos de arrendamento mercantil. A despesa registrada no exercício de 2001 totalizou R\$ 20.500 (R\$ 15.921 em 2000). O montante a ser pago decorrente de tais contratos atualizado pelas taxas de câmbio vigentes em 31 de dezembro de 2001 é de R\$ 43.158. Este saldo será pago em parcelas trimestrais até junho de 2004.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social realizado em 31 de dezembro de 2001 e 2000 é de R\$ 1.791.903. O capital, subscrito e integralizado, está representado por ações sem valor nominal, assim distribuídas:

	Lote de Mil Ações
Ações ordinárias	31.411.707
Ações preferenciais	49.505.725
Total	80.917.432

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital e no pagamento dos dividendos mínimos não cumulativos de 6% sobre o valor de sua participação no capital social.

b. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Os dividendos são calculados em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76 e de acordo com os artigos 20 e 53 do Estatuto Social, o qual assegura às ações preferenciais a prioridade no reembolso do capital e no pagamento dos dividendos mínimos e não cumulativos de 6% sobre o capital social. O lucro líquido ajustado, o qual serviu de base para cálculo dos dividendos, está assim constituído:

	2001	2000
Lucro líquido do exercício	21.045	157.349
Constituição da reserva legal	(1.052)	(7.867)
Lucro líquido ajustado	19.993	149.482
Capital social	1.791.903	1.791.903
Capital social dos acionistas preferenciais	1.096.296	1.096.296
Dividendo mínimo obrigatório	65.778	65.778
Juros sobre o capital próprio propostos	65.778	65.778
Retenção de imposto de renda na fonte	(9.867)	(9.867)
Juros sobre o capital próprio, líquido	55.911	55.911
Ações preferenciais	34.207	34.206
Ações ordinárias	21.704	21.705
Dividendos mínimos complementares preferenciais	31.571	31.571

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS (CONSOLIDADO)

a. Considerações sobre Risco

A Sociedade explora os serviços de telefonia móvel no Estado de São Paulo, de acordo com os termos da concessão outorgada pelo Governo Federal. Explora também o negócio de compra e distribuição de aparelhos celulares através de canais próprios e rede de distribuição de maneira a fomentar suas atividades precípuas.

Os principais riscos de mercado a que a Sociedade está exposta na condução das suas atividades são:

- **Risco de Crédito:** decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços de telecomunicações prestados a seus clientes, bem como das vendas de aparelhos para a rede de distribuidores.
- **Risco de Taxas de Juros:** decorre da parcela da dívida e de prêmios de derivativos contratados a taxas flutuantes e envolve o risco das despesas financeiras subirem por um movimento desfavorável nas taxas de juros (principalmente Libor, Euribor, TJLP e CDI).
- **Risco de Taxas de Câmbio:** decorre da dívida e de prêmios de derivativos contratados em moeda estrangeira e está vinculado às perdas potenciais decorrentes de movimentos desfavoráveis nas taxas de câmbio.

Desde a sua criação, a Sociedade tem exercido uma postura ativa sobre o gerenciamento dos diversos riscos a que está sujeita, através de um conjunto de iniciativas, procedimentos e políticas operacionais abrangentes que permitam mitigar os riscos inerentes ao exercício das suas atividades.

Risco de Crédito

O risco de crédito relativo à prestação de serviços de telecomunicações é minimizado por um controle estrito da base de clientes e gerenciamento ativo da inadimplência por meio de políticas claras referentes à concessão de aparelhos pós-pagos. A Sociedade tem 73,1% da sua base de clientes na modalidade pré-pago, que requer o carregamento antecipado e que portanto não representa risco de crédito. A inadimplência de clientes no ano de 2001 representou 2,4% da receita bruta.

O risco de crédito na venda de aparelhos é administrado por uma política conservadora na concessão de crédito, por meio de métodos modernos de gestão que envolvem a aplicação de técnicas de "credit scoring", análise de balanço e consulta a bases de dados comerciais bem como o controle automático de liberação das vendas integrado com o módulo de distribuição do software ERP da Sociedade. A inadimplência na rede de distribuição representou apenas cerca de 1% das vendas de aparelhos durante o ano de 2001.

Risco de Taxas de Juros

A Sociedade tem contratado operações financeiras com derivativos

visando proteger sua exposição à Libor e Euribor. Em 31 de dezembro de 2001 estas operações somavam US\$ 149,17 milhões e representavam 76% do passivo indexado à Libor.

Risco de Taxas de Câmbio

A Sociedade tem contratado operações financeiras com derivativos de forma a proteger-se da variação cambial decorrente de empréstimos em moedas estrangeiras. Os instrumentos usualmente utilizados são contratos de "swap", opções e "forward".

O quadro abaixo resume a exposição líquida da Sociedade ao fator taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2001:

	US\$	€
Empréstimos e financiamentos	490,345	44.726
Instrumentos de derivativos	(605,000)	(44.435)
Exposição líquida	(114,655)	291

O excedente da posição líquida em dólares norte-americanos está sendo utilizado para cobrir a exposição decorrente de contratos de compras de aparelhos celulares e equipamentos, bem como para cobrir a exposição em euros. A Sociedade acredita que não existe um descasamento significativo no curto prazo entre a paridade dólar/euro, servindo portanto esta cobertura como um "hedge" efetivo para a exposição euro/real.

b. Operações com Derivativos

A Sociedade registra os ganhos e as perdas com contratos de derivativos como despesas financeiras líquidas.

Os valores de principal das operações com derivativos de moedas e juros não são registrados no balanço patrimonial. Os resultados líquidos não realizados dessas operações são registrados pelo regime de competência de exercícios, o que pode gerar diferenças significativas com o valor de mercado de tais instrumentos em função do reconhecimento a valor presente dos custos futuros a serem incorridos nestas operações. O quadro abaixo apresenta uma estimativa da avaliação do valor contábil e o valor de mercado dos empréstimos e financiamentos, bem como das operações com derivativos:

	Valor Contábil	Valor de Mercado	Ganho (Perda) não Realizado
Empréstimos e financiamentos	1.653.356	1.557.625	95.731
Instrumentos de derivativos	(548.910)	(210.250)	(338.660)
Total	1.104.446	1.347.375	(242.929)

O quadro abaixo mostra um resumo das posições assumidas pela Sociedade em instrumentos de derivativos.

Derivativos	2003	2004	2006
"Forward" de US\$			
1. a) "Nocional" - US\$	-	300,000	-
b) Taxa contratada	-	1,18	-
2. a) "Nocional" - US\$	-	-	280,000
b) Taxa contratada	-	-	1,23
"Swaps" de € / R\$			
1. a) "Nocional" - €	-	44.435	-
b) Taxa ativa	-	Euribor+ 3,5%	-
c) Taxa passiva	-	103,5% CDI	-
Opções de US\$			
1. a) "Nocional" - US\$	-	(300,000)	-
b) "Strike"	-	2,25	-
2. a) "Nocional" - US\$	150,000	-	-
b) "Strike"	2,75	-	-
c) Cap	4,00	-	-
3. a) "Nocional" - US\$	175,000	-	-
b) "Strike"	2,75	-	-
c) Cap	3,25	-	-

A Administração da Sociedade acredita que as perdas não realizadas nas operações com derivativos em função dos critérios de contabilização adotados são reflexo do diferencial de taxas de juros entre a moeda local e a moeda estrangeira e que portanto tais variações representarão ao longo do tempo uma compensação com o custo de carregamento dos

empréstimos e financiamentos.

As principais diferenças referem-se a diferenças temporais de reconhecimento do ganho de variação cambial sobre o principal em dólares dos contratos de "forward" de longo prazo, traduzidos à taxa de encerramento do balanço. Estes contratos pagam prêmios pós-fixados entre 35% e 38% do CDI sobre o valor "nocional" em dólares, os quais estão reconhecidos no balanço pelo regime de competência considerando os prazos dos contratos.

c. Valor de Mercado dos Instrumentos Financeiros

O valor de mercado dos empréstimos e financiamentos, bem como dos contratos de "swaps" e "forward", foi determinado com base no fluxo de caixa descontado, utilizando-se projeções de taxas de juros disponíveis. O valor de mercado das opções foi determinado utilizando-se o modelo de "Black-Scholes".

Os valores de mercado são calculados em um momento específico com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias, portanto as estimativas indicadas não representam necessariamente valores de realização a mercado. A utilização de diferentes premissas pode afetar significativamente as estimativas.

24. RECEITA OPERACIONAL, LÍQUIDA

	Controladora e Consolidado	
	2001	2000
Assinatura	820.734	798.731
Serviços (a)	2.314.347	1.879.295
Total das receitas de serviços de telecomunicações	3.135.081	2.678.026
Venda de mercadorias	706.165	1.004.371
Total da receita operacional bruta	3.841.246	3.682.397
Deduções da receita bruta	(895.012)	(915.691)
Tributos sobre a receita bruta	(675.809)	(701.567)
Descontos concedidos	(168.894)	(165.940)
Devoluções de mercadorias	(50.309)	(48.184)
Receita operacional, líquida	2.946.234	2.766.706
(a) Serviços:		

	Controladora e Consolidado	
	2001	2000
Nacional	1.025.604	1.001.393
Deslocamento	70.031	75.911
Adicional por chamadas	62.537	51.158
Uso de rede	1.119.969	706.341
Outros serviços	36.206	44.492
Total das receitas de serviços de telecomunicações	2.314.347	1.879.295

25. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E MERCADORIAS VENDIDAS

	Controladora e Consolidado	
	2001	2000
Pessoal	(25.383)	(28.395)
Materiais, alugueis e seguros	(78.035)	(47.604)
Energia elétrica, água e gás	(53.302)	(51.582)
Manutenção e conservação	(55.811)	(47.489)
Tarifas de uso de redes	(210.986)	(156.518)
Meios de conexão	(113.022)	(118.462)
Depreciação	(519.822)	(510.492)
Taxa do FISTEL	(1.803)	(47.605)
Outros	(17.619)	(14.454)
Total do custo dos serviços	(1.075.783)	(1.022.601)
Custo das mercadorias vendidas	(580.637)	(666.560)
Total do custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(1.656.420)	(1.689.161)

26. COMERCIALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

	Controladora e Consolidado	
	2001	2000
Pessoal	(61.797)	(53.356)
Materiais, alugueis e seguros	(19.803)	(18.052)
Transportes e comunicações	(25.482)	(26.781)
Publicidade e artes gráficas	(95.801)	(89.807)
Serviços de terceiros	(154.579)	(112.624)
Provisão para devedores duvidosos	(94.043)	(128.918)
Taxa do FISTEL	(67.753)	(43.023)
Depreciação	(21.845)	(8.804)
Outros	(63.906)	(72.821)
Total comercialização dos serviços	<u>(605.009)</u>	<u>(554.186)</u>

27. GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Consolidado	
	2001	2000
Pessoal	(38.699)	(32.750)
Serviços de terceiros	(111.878)	(99.989)
Materiais, alugueis e seguros	(21.246)	(16.811)
Transportes e comunicações	(27.693)	(19.782)
Depreciação	(50.609)	(29.558)
Outros	(3.066)	(8.342)
Total gerais e administrativas	<u>(253.191)</u>	<u>(207.232)</u>

28. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora e Consolidado	
	2001	2000
Receitas:		
Multas	14.517	24.354
Despesas recuperadas	4.366	16.608
Reversão da provisão do fundo de pensão	-	29.355
Outras receitas operacionais	4.452	14.550
Total	<u>23.335</u>	<u>84.867</u>
Despesas:		
Provisão para contingências	(37.308)	(7.721)
Consultoria – tecnologia e gerenciamento	(46.349)	(39.828)
Amortização de ágio da Ceterp Celular S.A.	(8.426)	(703)
Tributos (exceto IRPJ e CSLL)	-	(210)
Outras despesas	(659)	(2.524)
Total	<u>(92.742)</u>	<u>(50.986)</u>
Total das outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>(69.407)</u>	<u>33.881</u>

29. DESPESAS FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
Receitas:				
Aplicações financeiras	17.257	19.586	17.257	19.586
Juros de clientes e tributos	14.555	8.340	14.555	8.340
Descontos obtidos	1.427	15.521	1.427	15.521
Bonificações e prêmios	21.343	5.272	21.343	5.272
Outras receitas financeiras	2.591	9.630	2.591	9.630
Total	<u>57.173</u>	<u>58.349</u>	<u>57.173</u>	<u>58.349</u>

	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
Despesas:				
Encargos financeiros	(339.353)	(162.147)	(306.641)	(148.200)
Variações monetárias/ cambiais	(73.264)	(22.549)	(73.264)	(22.549)
Outras	(30.882)	(28.897)	(30.882)	(28.897)
Total	<u>(443.499)</u>	<u>(213.593)</u>	<u>(410.787)</u>	<u>(199.646)</u>
Total das despesas financeiras, líquidas	<u>(386.326)</u>	<u>(155.244)</u>	<u>(353.614)</u>	<u>(141.297)</u>

30. COMPROMISSOS COM A ANATEL (NÃO AUDITADO)

Os compromissos com a ANATEL vêm sendo monitorados pela Sociedade e encontram-se satisfatoriamente atendidos, estando disponíveis para acompanhamento na página eletrônica da ANATEL no endereço www.anatel.gov.br.

31. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Em 31 de dezembro de 2001, todos os ativos e as responsabilidades de valores relevantes e/ou de alto risco estão cobertos por seguros.

32. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro 2001, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com o grupo controlador e suas coligadas, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
Ativo:				
Contas a receber de serviços	1.254	-	1.254	-
Investimentos	46.606	13.926	-	-
Outros ativos	2.117	1.814	-	-
Passivo:				
Fornecedores e consignações	3.197	-	3.197	-
Empréstimos e Financiamentos	873.229	405.039	863.087	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos	122.494	97.349	122.494	97.349
Obrigação com a empresa controladora	371.540	571.360	371.540	571.360
Outras obrigações	36.822	13.093	36.822	13.093
Resultado:				
Receitas de serviços de telecomunicações	1.254	-	1.254	-
Custo dos serviços prestados	(2.607)	-	(2.607)	-
Comercialização dos serviços	(15.281)	-	(15.281)	-
Gerais e administrativas	(425)	-	(425)	-
Despesas financeiras, líquidas	(88.899)	-	(26.960)	-
Outras despesas operacionais	(43.255)	(39.828)	(43.255)	(39.828)
Equivalência patrimonial	32.712	13.924	-	-

As principais transações com partes relacionadas são:

(a) Contas a receber de serviços: Representam os serviços de atendimento a clientes da TMN em roaming na rede da Sociedade.

(b) Investimentos: Referem-se a participações na Telesp Celular International Ltd. e Telesp Celular Overseas, empresas constituídas nas Ilhas Cayman com o objetivo de captação e de repasse de recursos por meio de empréstimo internacional. (Nota 11 – Investimentos).

(c) Fornecedores e consignações: Representam serviços de atendimento a clientes da Sociedade, em roaming, na rede da TMN e serviços de assessoria e consultoria financeira prestados pela PT Ásia.

(d) Empréstimos e Financiamentos: Representam os empréstimos entre empresas pertencentes ao mesmo grupo controlador. (Nota 17 – Empréstimos e Financiamentos).

(e) Outras Obrigações: Representam obrigações da Sociedade com empresas do grupo controlador. (Nota 19 – Outras Obrigações).

(f) Receitas de Serviços de Telecomunicações: Representam as receitas dos serviços de atendimento a clientes da TMN, em roaming na rede da Sociedade.

(g) Custo dos Serviços Prestados: Representam os custos com manutenção de "software" dos serviços pré-pagos, prestados pela PT Inovação à Sociedade.

(h) Comercialização dos Serviços: Representam despesas com serviços prestados com "call-center" pela Mobitel S.A. Telecomunicações.

(i) Gerais e Administrativas: Representam as despesas com serviços de assessoria prestados por diversas empresas pertencentes ao Grupo Controlador.

(j) Despesas Financeiras Líquidas: Representam as despesas com encargos e variação cambial de empréstimos de empresas pertencentes ao Grupo Controlador. (Nota 17 – Empréstimos e Financiamentos).

(k) Outras Despesas Operacionais: Representam as despesas com a prestação de serviços em áreas de gestão empresarial, conforme contrato firmado entre a Sociedade e a Portugal Telecom, SGPS, S.A.

São Paulo, 1º de março de 2002.

CARLOS MANUEL DE LUCENA E VASCONCELLOS CRUZ
Diretor Presidente

GILSON RONDINELLI FILHO
Diretor Vice-Presidente Executivo

ÁLVARO JOSÉ ROQUETTE MORAIS
Diretor Vice-Presidente de Marketing e Recursos Estratégicos

MARIA PAULA DE ALMEIDA MARTINS CANAIS
Diretora Vice-Presidente de Finanças e Controle

LUIS FILIPE S. C. B. DE AVELAR
Diretor Vice-Presidente de Wireless Data/ Wireless Internet e Desenvolvimento

CARLOS ALBERTO FERREIRA DA SILVA
Diretor Vice-Presidente Comercial

CLAIRTON MORAES DE SANTANA
CRC 1SP196.529/O-2

Órgãos Sociais

Carlos Manuel de Lucena e Vasconcellos Cruz	Diretor Presidente
Gilson Rondinelli Filho	Diretor Vice-Presidente Executivo
Álvaro José Roquette Morais	Diretor Vice-Presidente de Marketing e Recursos Estratégicos
Maria Paula de Almeida Martins Canais	Diretora Vice-Presidente de Finanças e Controle
Luis Filipe S.C.B. de Avelar	Diretor Vice-Presidente de Wireless Data/Wireless Internet e Desenvolvimento
Carlos Alberto Ferreira da Silva	Diretor Vice-Presidente Comercial

Quadro de Dirigentes

Agostinho Andrade Landell Balbino	Diretoria de Negócios Corporativos
André Machado Mastrobuono	Diretoria de Interconexão e Roaming
André R. Moreira Caio	Diretoria de Vendas Grandes Redes
Antonio de Toledo Mendes Pereira Filho	Instituto Brasil Digital
Carlos Alexandre Cipriano	Diretoria de Negócios Empresariais
Cláudia Lúcia F. Langoni	Diretoria de Clientes
David José Ferreira Lopes	Diretoria de Engenharia
Diogo M.C.A. Horta e Costa	Diretoria de Comunicação Corporativa
Edson Alves Menini	Diretoria Financeira
Edson Alves Menini (Interino)	Assessoria de Relações com Investidores
Elga Costa de Oliveira	Diretoria de Comunicação, Marketing e Publicidade
Gonçalo Nuno F.C. Mendes Ferreira	Diretoria de Customer Relationship Management
Hugo Mattos Janeba	Diretoria de Marketing Clientes Individuais
Hugo Mattos Janeba (Interino)	Diretoria de Marketing Corporativo
Maria Paula A. M. Canais (Interina)	Diretoria de Planejamento e Controle
Jayme K. Shibata	Diretoria de Sistemas de Informação
João José Gallego Moura	Diretoria de Compras, Patrimônio e Logística
Jovito Antonio Mota Buinhas	Diretoria de Qualidade
Kan Wakabayashi (Interino)	Diretoria de Estratégia Corporativa
Kan Wakabayashi	Diretoria de Desenvolvimento de Produtos e Serviços
Luis Fernando A. Almeida	Diretoria Jurídica
Marcos Antunes Brandão Lopes	Diretoria de Contabilidade
Marcos Antônio Mohr	Assessoria de Revenue Assurance
Álvaro José Roquette Morais	Diretoria de Business Development
Nicolau Jorge Netto	Diretoria de Vendas Diretas e Distribuição
Paulo Emidio Faria	Diretoria de Operação
Ricardo Palazzo A. Barros	Diretoria de Regulamentação
Roberto Yoshikazu Furuta	Diretoria de Auditoria e Gestão de Riscos
Robson Ferreira	Diretoria de Tecnologia Internet
Roger Solé	Diretoria de Negócios de Dados
Sandra Maria Gomes de Lima	Diretoria de Recursos Humanos
Maria Paula A. M. Canais (Interina)	Assessoria de Gestão Financeira Corporativa

Comissão de Vencimentos

Estanislau José da Mata Costa
Paulo Jorge da Costa Gonçalves Fernandes

Parecer dos Auditores Independentes

Aos Administradores e Acionistas da
Telesp Celular S.A.:

(1) Examinamos os balanços patrimoniais individuais (controladora) e consolidados da TELESP CELULAR S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2001 e 2000 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

(2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos das Sociedades; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração das Sociedades, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

(3) Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo (1) representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Telesp Celular S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2001 e 2000, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira.

São Paulo, 1º de março de 2002

ARTHUR ANDERSEN S/C - CRC 2SP000123/O-1

Francisco Papellás Filho

Sócio-Diretor Responsável

Contador - CRC 1SP127815/O-2

